

DISCURSO NA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA  
DO ANO JUDICIÁRIO 2024/2025

VONG HIN FAI  
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU

Aos 17 dias do mês de Outubro de 2024

Senhor Chefe do Executivo, Sua Excelência

Excelentíssimo Senhor Director do Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na  
RAEM

Excelentíssimo Senhor Comissário do Comissariado do Ministério dos Negócios  
Estrangeiros da República Popular da China na Região Administrativa Especial de  
Macau, Excelência

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Excelentíssima Senhora Presidente Substituta do Tribunal de Última Instância

Excelentíssimo Senhor Procurador

Excelentíssimo Senhor Secretário para a Administração e Justiça

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Independente para a Indigitação de  
Juízes

Excelentíssimas Autoridades

Senhores Magistrados

Distintos convidados

Caros Colegas

Em primeiro lugar, em nome da Associação dos Advogados de Macau, gostaria de apresentar as minhas mais calorosas saudações a todos os convidados presentes na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário 2024/2025, e prestar homenagem às vossas contribuições para a promoção da construção jurídica, bem como para a prosperidade e estabilidade da sociedade de Macau no ano transacto!

Este ano assinala o 75.º aniversário da fundação da República Popular da China e o 25.º aniversário da reunificação de Macau com a Pátria. Sob a sólida protecção da Constituição da República Popular da China e da Lei Básica de Macau, o Governo da RAEM tem, desde sempre, unido e liderado os vários sectores da comunidade para implementar os princípios de “Um País, Dois Sistemas”, Macau governado pelas suas gentes” e um alto grau de autonomia, bem como para salvaguardar a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento do País, desenvolver a economia e melhorar a subsistência da população. A sociedade de Macau tem vindo a desenvolver-se de forma constante. No ano passado, a economia mundial recuperou de forma ordenada. Com o forte apoio do Estado, Macau promoveu activamente o desenvolvimento diversificado, continuou a promover o turismo e as indústrias de lazer e, ao mesmo tempo, reforçou a construção de tecnologias financeiras e de indústrias culturais e criativas, de modo a permitir que Macau recuperasse gradualmente a sua vitalidade económica, criasse um melhor ambiente para o desenvolvimento dos seus residentes e empresas e estabelecesse uma base sólida para o desenvolvimento de Macau a longo prazo.

De seguida, gostaria de apresentar um breve relatório sobre a actividade global da Associação dos Advogados de Macau desenvolvida no último ano judicial:

Até à data, o número de advogados registados na Associação dos Advogados de Macau é de 444, o que corresponde basicamente ao número de 446 no mesmo período do ano passado, enquanto o número total de advogados estagiários é de 170. Além disso, 84 advogados exercem actualmente funções de notário privado na RAEM e 16 advogados exercem funções de notário atestado pela China (Macau). Desde meados de 2022, o primeiro grupo de advogados da Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau começou a exercer na Área da Grande Baía. Um total de 82 advogados de Macau inscreveram-se oficialmente como advogados da Área da Grande Baía e exercem a sua actividade nas nove cidades de Guangdong da Grande Baía, o que não só traz novas oportunidades para a profissão de advogado de Macau, mas também proporciona um espaço mais amplo para o desenvolvimento de jovens advogados e promove o desenvolvimento de serviços jurídicos de alta qualidade na Grande Baía.

A estrutura interna da Associação dos Advogados de Macau, nomeadamente o número de membros da Direcção e do Conselho Fiscal, não foi ajustada desde a criação da Associação em 1991. Actualmente, o número de advogados inscritos quintuplicou em relação a 1991 (ano em que existiam apenas 74 advogados inscritos), o que conduziu a um aumento significativo do volume de trabalho da Associação. Com o aumento da procura de profissionais com experiência de Advocacia e por motivos de progressão na

carreira pessoal, um total de 8 advogados e 12 advogados estagiários suspenderam a sua actividade no ano transacto, tendo a maioria deles assumido funções jurídicas nos órgãos executivos ou frequentado programas de formação a tempo inteiro nos serviços competentes.

A fim de melhor desenvolver os assuntos da Associação e permitir que outros membros da profissão participem activamente nas actividades da profissão, a Associação criou seis comissões de trabalho, incluindo a Comissão para Assuntos da Grande Baía e Interior da China, Comissão de Formação Profissional e Estágio, Comissão dos Advogados Jovens, Comissão para Assuntos Jurídicos e Tecnológicos, a Comissão de Relações Públicas e Publicidade, a Comissão para Assuntos de Uma Faixa, Uma Rota” e Países de Língua Portuguesa. Além disso, a fim de promover a legislação sobre o regime das Sociedades de Advogados, a Associação criou também uma Comissão para Elaboração do Regime das Sociedades de Advogados para acompanhar especificamente os trabalhos relevantes.

A AAM participou activamente no trabalho de desenvolvimento legislativo e jurídico da RAEM. No ano passado, a Associação apresentou um total de 8 pareceres e fez propostas para aperfeiçoar os projectos de lei relevantes, incluindo as Principais propostas de alteração dos regimes jurídicos relativos ao notariado, ao registo predial e ao registo comercial”, e deu opiniões e sugestões sobre a revisão do Acordo de Comércio de Serviços no âmbito do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau”, e sobre o projecto das Leis de Alteração ao Código do Registo Civil” e Electronização dos registos predial, comercial e do notariado”.

Em termos de assistência jurídica, entre 2021 e 2023, os nossos advogados e advogados estagiários defenderam arguidos em cerca de 14.000 processos penais através de nomeação oficiosa” com honorários atribuídos de valor muito inferior aos preços normais praticados pelos advogados, e os números estatísticos acima referidos não incluem as nomeações em alguns processos civis específicos. Paralelamente, os advogados e os advogados estagiários estão também obrigados a prestar serviços de patrocínio judiciário atribuídos pela Comissão de Apoio Judiciário, tendo representado beneficiários, entre 2021 e 2023, num total de 403 processos, envolvendo um total de 556 pessoas/casos de serviços profissionais.

No último ano judicial, o número total de processos recebidos pelos tribunais de Macau de todas as instâncias aumentou em 1.858 (um aumento de cerca de 11%) para um total de 19.239. O número de processos pendentes em todas as instâncias de tribunais é de 12.379, dos quais mais de 10.000 processos estão pendentes no Tribunal

Judicial de Base, 99 processos estão pendentes no Tribunal Administrativo, 991 processos estão pendentes no Juízo de Instrução Criminal, 359 processos estão pendentes no Tribunal de Segunda Instância e 70 processos estão pendentes no Tribunal de Última Instância. O número de processos pendentes aumentou em 786 casos (um aumento de cerca de 6,8%) quando comparado com 11.593 em 2023. Isto demonstra que o número de processos continua a crescer e que a carga judicial continua a aumentar. Com o avanço de eletronização de envio das peças processuais, do pagamento de custas e de outros actos, a expansão dos serviços da plataforma electrónica do tribunal e a abertura dos serviços electrónicos do Ministério Público no sistema "Conta Única", o trabalho quotidiano dos nossos advogados tornou-se mais conveniente.

No que diz respeito à formação e avaliação, a Associação lançou este ano, tal como no passado, o Exame de Admissão de Estágio e o Exame Final de Estágio, a fim de permitir, respectivamente, a inscrição de licenciados de Direito como advogados estagiários após a aprovação no exame de admissão de Estágio e a inscrição dos advogados estagiários que tenham concluído as partes teórica e prática do estágio se como advogados após a aprovação no Exame Final de Estágio.

Em termos de cooperação e intercâmbio externos, a Associação sempre se empenhou em reforçar a cooperação com as associações de advogados do interior da China, da Região Administrativa Especial de Hong Kong e dos países de língua portuguesa, organizando conjunto e regularmente conferências. Acreditamos firmemente que esta cooperação contribuirá para promover a internacionalização do sector dos serviços jurídicos em Macau. No final do ano passado, a Associação organizou visitas a várias cidades da Grande Baía, que não só aprofundaram o nosso conhecimento sobre o ambiente jurídico e as tendências de desenvolvimento na Grande Baía, e nos ajudaram a alargar o âmbito da actividade dos nossos advogados, como também facilitaram a integração e a colaboração do sector dos serviços jurídicos entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Além disso, a Associação organizou uma delegação de visita a Portugal, em Julho do corrente ano, na qual, para além de permitir o conhecimento do sistema jurídico e o funcionamento da justiça em Portugal. A Associação explorou com as devidas entidades oportunidades de cooperação, tais como a co-organização de seminários e a partilha de recursos de livros jurídicos com a Ordem dos Advogados de Portugal, e a co-organização para formação jurídica com as faculdades de direito das universidades portuguesas, com vista a aprofundar os laços entre a profissão de advogado de Macau e a profissão de advogado de Portugal, e melhorar o nível profissional dos serviços jurídicos prestados pelos advogados de Macau.

O Centro de Arbitragem e o Centro de Mediação e Conciliação da Associação dos Advogados de Macau estão localizados nas instalações da Associação, tendo estes dois centros entrado oficialmente em funcionamento. No entanto, o espaço actual da Associação é limitado e insuficiente para a instalação de tribunais de arbitragem, salas de mediação, equipamentos e instalações conexos, o que constitui um certo obstáculo à prestação de serviços de arbitragem e mediação eficientes e profissionais pela Associação. Além disso, como já foi referido, cabe à AAM organizar regularmente cursos de formação para Advogados estagiários e outros cursos profissionais conexos, o que tem dificultado ainda mais a utilização do espaço de que a AAM dispõe actualmente. Por conseguinte, é urgente aumentar o espaço disponível para a AAM a fim de assegurar o seu funcionamento normal e melhorar a qualidade dos seus serviços, de modo a, por um lado, assegurar a disponibilização de recursos e instalações adequados aos seus colegas advogados, a fim de promover continuamente o desenvolvimento profissional da profissão de advogado de Macau e continuar a formar profissionais de serviços jurídicos de elevada qualidade; e, por outro lado, assegurar que a AAM cumprir de forma ordenada as atribuições dos Centro de Arbitragem e Centro de Mediação e Conciliação que lhe são atribuídas por lei.

No desenvolvimento das suas actividades, a AAM recrutou pessoal necessário para satisfazer as necessidades de prestação dos seus serviços, actualizou o seu equipamento e melhorou a divisão do seu espaço, com vista a aumentar a sua eficiência operacional e a qualidade dos seus serviços. Estas iniciativas conduziram inevitavelmente a um aumento das despesas. No entanto, as receitas estimadas da AAM não registaram um aumento significativo. De referir que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 46/93/M, tem sido concedido uma verba” anual (o montante das receitas da Associação dos Advogados de Macau resultantes da sua participação nas custas judiciais e nas receitas emolumentares arrecadadas pelos serviços de registo e de notariado é igual a 370 vezes o vencimento correspondente ao índice 100 da tabela indiciária aplicável à função pública) pelo Governo à Associação de Advogados desde 1993. Pese embora o n.º 1 do artigo 1.º do diploma que prevê “Sem prejuízo da sua revisão trianual”, este índice” nunca foi alterado (na altura na Associação só havia 78 Advogados e 10 Advogados estagiários inscritos), e o índice” do financiamento já não acompanham o rápido desenvolvimento da Associação (actualmente 444 Advogados inscritos e 170 Advogados estagiários). Por conseguinte, a AAM continuará a manter uma comunicação estreita com o Governo da RAEM, a fim de obter o apoio financeiro adequado e necessário para fazer face aos desafios colocados pelo futuro desenvolvimento da AAM.

Com a entrada em funcionamento do novo estabelecimento prisional, aguardamos com expectativa o novo estabelecimento prisional, de modo a que os nossos advogados possam prestar serviços de assistência jurídica e de defesa em condições adequadas para garantir a justiça dos processos judiciais.

Como já foi referido, a Associação está empenhada em promover a construção jurídica em Macau e a protecção jurídica na Zona de Cooperação Aprofundada de Hengqin-Guangdong-Macau, bem como, em alargar as perspectivas regionais e internacionais dos nossos advogados, em aproveitar plenamente a oportunidade de Macau no seu estatuto de “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base” concedido pelo Estado e em promover a cooperação da profissão com os profissionais do género na Zona da Grande Baía e na região lusófona “Uma Faixa, Uma Rota”, como por exemplo, a AAM designou representantes para serem membros da Comissão de Avaliação da Qualificação e Habilitação dos Mediadores da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, promovendo a criação de uma lista unificada dos mediadores da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, de modo a facilitar o desenvolvimento da Grande Baía, bem como o desenvolvimento adequado e diversificado da sociedade e da economia de Macau, de modo a melhor se integrar no contexto geral do desenvolvimento do país. Além disso, a Associação também enviou representantes para participar nas conferências anuais organizadas pela Federação dos Advogados de Língua Portuguesa (FALP), pela União dos Advogados de Língua Portuguesa (UALP), pela Ordem dos Advogados de Portugal, pela Union Internationale des Avocats (UIA), pela Law Association of Asia-Pacific (LAWASIA), pelo Fórum dos Presidentes das Ordens de Advogados Asiáticas (POLA) e pela Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), a fim de reforçar a cooperação com as instituições conexas internacionais dos países de língua portuguesa e da Ásia-Pacífico, e melhorar o nível de serviço profissional dos colegas advogados de Macau no mercado estrangeiro de serviços jurídicos.

A lei não é apenas a pedra angular da ordem social e da justiça, mas também um instrumento de protecção dos direitos e interesses legítimos de todos os cidadãos. Com o aperfeiçoamento contínuo do sistema judicial, a base da governação jurídica em Macau será reforçada e a comunidade terá confiança na imparcialidade e na justiça. Como disse Xue Xuan em Xue Zi Zhi Dao: “Quando aparece um pensamento errado, deve logo abandoná-lo; e quanto pratica um acto errado, deve logo corrigi-lo”. Como advogado, devemos ter sempre presente que o cumprimento da lei é fundamental para a nossa prática, e que só defendendo a justiça e a integridade, podemos ganhar o respeito e a confiança da sociedade. Como profissionais de direito, devemos sempre manter o espírito de imparcialidade e profissionalismo, e contribuir para a manutenção da justiça social e da governação jurídica. No novo ano judicial, a Associação dos Advogados de Macau continuará a promover governação jurídica e a melhorar o nível profissional dos serviços jurídicos, a fim de proporcionar uma protecção jurídica sólida para o desenvolvimento adequado e diversificado da economia de Macau.

Por último, gostaria de agradecer a todos pela vossa participação e contribuição para os trabalhos judiciais, e agradecer a vossa paciência em ouvir o meu discurso, desejando a todos boa saúde, sucesso na vossa carreira e felicidades familiares!

Obrigado a todos!